



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE SAÚDE, PROMOÇÃO SOCIAL, TRABALHO E MULHER

PRESIDENTE: PATRÍCIA BEZERRA

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA.

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 26/08/2020

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 18035 DATA: 26/08/2020 FL: 1 DE 43

- Reunião realizada por videoconferência.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Bezerra) - Na qualidade de Presidente da Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher, declaro abertos os trabalhos da sétima audiência pública virtual de 2020, convocada para hoje, 26 de agosto de 2020, tendo como pauta debater a reorganização da Secretaria Municipal de Saúde, com base no Decreto 59.685/2020, e a reposição dos profissionais da Covisa, com base na Portaria 319/2020 SMSG, conforme Requerimento 34/2020, de autoria do Vereador Celso Giannazi, e Requerimento 35/2020, de autoria da Vereadora Juliana Cardoso, aprovados em reunião ordinária da Comissão, em 19 de agosto de 2020.

Informo que esta reunião está sendo transmitida pelo portal da Câmara Municipal de São Paulo e pelo canal do Youtube da Câmara Municipal de São Paulo. As inscrições para participação nesta audiência pública estão abertas no *site* da Câmara Municipal de São Paulo desde o dia 21 de agosto. Cada inscrito terá três minutos para participar...

- Interferência sonora.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Bezerra) – ... que os participantes desliguemos microfones enquanto não estiverem fazendo uso da palavra.

Para esta audiência, foram convidados os Srs.: Edson Aparecido, Secretário Municipal de Saúde, que já está presente; Leandro Valquer, Coordenador da Comissão Executiva do Conselho Municipal de Saúde; Sergio Antqueira, Presidente do Sindsep. Estão presentes os Vereadores: Juliana Cardoso, Milton Ferreira, Patrícia Bezerra e Celso Giannazi.

Conforme havíamos combinado, o Secretário irá inicialmente fazer uso da palavra para uma apresentação sobre a reestruturação da Saúde. Depois, abriremos para as perguntas para que tenhamos também nossa intervenção. Peço que sejamos breves para que os convidados possam também fazer uso da palavra e participar, para que concluamos no máximo em 1h20min e não atrapalharmos a agenda do Secretário. Se todos estiverem de acordo... (Pausa) Passo então a palavra ao Secretário Edson Aparecido, já lhe agradecendo a

colaboração e a disponibilidade de estar presente mais uma vez na Comissão de Saúde. Tem a palavra, Secretário.

O SR. EDSON APARECIDO DOS SANTOS – Obrigado, Presidente, Vereador Patrícia Bezerra. Agradeço o convite e cumprimento os Vereadores e os demais participantes. Vou procurar fazer uma apresentação daquilo que foi toda a discussão dentro da Secretaria sobre o processo de reestruturação e também, no final, darei uma palavra sobre a questão da Covisa.

- Orador passa a se referir a imagens na tela de projeção.

O SR. EDSON APARECIDO DOS SANTOS – (Imagem) Esse é o documento que preparamos para a apresentação: “Fortalecimento da Saúde no território. O processo de reorganização da Secretaria Municipal de Saúde. Desafios na gestão pública.”

Iniciamos esse processo. A gestão pública tem como propósito lidar com a organização, administração e controle dos atos normativos que garantem direitos e visam à melhoria da qualidade de vida da população. Produção de políticas públicas é fator inerente do agente público.

- Interferência sonora.

O SR. EDSON APARECIDO DOS SANTOS – Nós tivemos, como eixos principais desse processo de reorganização que foi construído, novas demandas que foram sendo apresentadas nesse período de dois anos que estamos na gestão.

Governo baseado no uso de dados e na maior circulação de informação. Transformações tecnológicas, provocando descentralização e alteração de estruturas. Novas competências: relações entre Administração Pública, parceiros e sociedade. Protagonismo dos órgãos de controle. Monitoramento e Controle das Ações da Administração. Organizações mais participativas e colaborativas.

Principais eixos: transparência, parcerias, participação, integração, descentralização e modernização da máquina pública e eficiência.

Como é que se deu esse processo na Secretaria? Nós fizemos um diagnóstico

inicial sobre: a necessidade de aprimorar a capacidade institucional para os novos desafios da Administração Pública; o desequilíbrio entre as atribuições e responsabilidades das Coordenadorias da Pasta; a sobrecarga do Gabinete enquanto instância decisória – era um Gabinete voltado para atividades técnico-profissionais -; o volume orçamentário à disposição da Secretaria; a sobreposição e duplicação de atividades entre órgãos vinculados; e demandas por atendimentos ao cidadão próximo ao território.

A principal missão que nós intuímos nesse processo foi: a integração das áreas e modernização dos processos de trabalho, com maior aproximação com o cidadão, evitando sobreposições; definição de responsabilidades com eficiência; e desenvolvimento de novas competências e planejamento para a sucessão, visando ao fortalecimento do território. Nós iniciamos esse processo, e aqui vou colocar a linha do tempo.

Iniciamos esse processo, que visava ao fortalecimento do território na ação da Secretaria, em julho-agosto de 2019. Identificamos os gargalos da gestão pelo Gabinete. Fizemos um desenho inicial da macroestrutura. Depois, em setembro, abrimos um processo de discussão ampliada. Fizemos entrevistas com todos os coordenadores dos órgãos da Secretaria e também da autarquia para elaborar um diagnóstico situacional de cada uma das áreas. Em outubro, iniciamos um processo de participação, escuta e integração das áreas. Foram feitas 10 oficinas de trabalho em todas as áreas da Secretaria. Fizemos um mapeamento de perfil profissional em todas as áreas da Secretaria. Atenção Básica, autarquia, Covisa, Cosap, todas as áreas da Secretaria passaram por esse mapeamento.

Depois, em novembro, fizemos a análise dos resultados, aprofundando com cada uma das áreas a discussão sobre as atribuições de cada um desses setores. Fizemos reunião com cada coordenação, discutindo o desenho organizacional da secretaria, como um todo, e das divisões, reuniões com a Covisa e reuniões com diretores das áreas de RH de cada uma das áreas da secretaria, para poder então fazer essa análise dos resultados que haviam sido colhidos de julho até novembro.

Em dezembro, para consolidar o processo de escuta e de integração, fizemos

reunião com todos os servidores da autarquia hospitalar municipal, e fizemos finalmente o Seminário de Fortalecimento da Saúde com 300 pessoas, no Anhembi, com representantes de todos os departamentos e setores da secretaria. Não houve um único setor, um único departamento que não participou desse seminário.

Em janeiro e fevereiro finalizamos o alinhamento interno, para fazer a minuta do projeto de lei. As últimas reuniões foram feitas nesse período. Preparamos a minuta e o PL 749 foi aprovado pela Câmara em primeira votação.

Em março, iniciamos o desenvolvimento do decreto e o estudo dos cargos em comissão. Também fizemos uma minuta para o decreto e esse estudo de cada um dos cargos.

Aí tivemos a aprovação do Decreto 749/2020, a Lei 17.433. Finalizamos todo o desenho das mudanças, a análise e atribuições das áreas e definição de desenho final pelo gabinete a partir de todo esse diagnóstico realizado. Fizemos então a minuta final com a tabela de cargos.

Nesse processo, participaram 25 gestores, que foram entrevistados pelos coordenadores, tanto das unidades centrais de SMS e da autarquia. Tivemos, nas oficinas, 158 participantes, que eram os representantes de cada um dos setores da secretaria. Tivemos reuniões de alinhamento com 300 representantes da autarquia hospitalar municipal e fizemos um seminário para discussão da reorganização da secretaria, com 280 gestores em dezembro.

Aqui estão as fotos que mostram as oficinas e o seminário final de dezembro, com mais de 300 participantes, com todos os setores da secretaria representados nesse processo, que se iniciou há mais de um ano.

Aí fizemos os atos normativos à lei que foi aprovada, que regulamenta a extinção dos órgãos da Administração Indireta, o Decreto 59.685, de 03 de agosto, do Sr. Prefeito, e depois os atos posteriores ao decreto, como a portaria da secretaria.

A estrutura da secretaria era essa que os senhores estão vendo, altamente centralizada no gabinete. Obviamente isso devia ter motivos, sob o ponto de vista de uma visão de gestão e de uma visão de concentração de poder de decisão. Todos os órgãos da

secretaria dependiam de decisão do gabinete do Sr. Secretário. Essa é a estrutura anterior. Isso se tornava absolutamente impossível. Primeiro, esse processo de fortalecimento do território e de integração das ações da atenção básica, da rede hospitalar, da Vigilância Sanitária, enfim, de todas as áreas da secretaria.

Então, era preciso romper com essa centralização de decisão e haver uma estrutura nova, capaz exatamente de alocar todas as áreas da secretaria dentro da estrutura que nós criamos, que foi exatamente essa estrutura: a criação de quatro secretarias executivas, uma de Atenção Básica, Especialidades de Vigilância em Saúde. A outra secretaria executiva é de Atenção Hospitalar, com a extinção da autarquia. Uma terceira secretaria executiva é de gestão administrativa; e uma quarta é a secretaria executiva de regulação, monitoramento, avaliação e parcerias.

A Secretaria de Atenção Básica reúne a coordenação de Atenção Básica, o Departamento de Atenção Especializada, a Covisa, as coordenadorias regionais de Saúde, as coordenadorias de DST-AIDS, a Coordenadoria de Proteção e Atenção ao Animal Doméstico, a Cosap. Então, reunimos todas essas áreas. Obviamente algumas delas estavam dispersas dentro da estrutura da secretaria ou se relacionavam diretamente com o gabinete do Sr. Secretário, e a Secretaria de Atenção Básica, que é a principal estrutura nessa linha de fortalecimento de território, foi fortalecida.

Falo da Secretaria Executiva de Atenção Hospitalar e da Coordenadoria de Assistência Hospitalar. Ou seja, essa coordenadoria agora cuida do planejamento do fluxo do atendimento e do funcionamento dos hospitais. Não cabe a essa coordenadoria executiva, como nós tínhamos na autarquia anteriormente, cuidar de RH, cuidar de responder a órgãos de controle, cuidar da área administrativa e financeira e cuidar de área jurídica. Para isso, há as áreas da secretaria que vão cuidar de todas as estruturas.

O que cabe à Secretaria Executiva de Atenção Hospitalar é cuidar do planejamento e do funcionamento das estruturas dos hospitais. Colocamos aí uma coordenadoria de urgência e emergência e também o SAMU. Na Secretaria Executiva de Gestão Administrativa,

juntamos então todas aquelas áreas meios, e essa foi a essência da reorganização: reduzir as áreas meios da secretaria e fortalecer as áreas fins da secretaria. Então, em vez de haver uma coordenadoria financeira e de orçamento, uma na Covisa, uma na autarquia, uma na Cosap e uma na secretaria, enfim, passamos a ter uma única, que cuida de todas elas, juntando e colocando obviamente os funcionários de cada uma dessas áreas, com as expertises que tinham, uma coordenadoria de Administração em Suprimentos, também juntando a expertise dos grupos de funcionários que vieram das outras áreas, uma coordenadoria de gestão de pessoas, e aí a Escola Municipal de Saúde fica vinculada a um departamento de tecnologia, informação e comunicação. Falo da regulação, monitoramento, avaliação e parcerias. Aí nós alocamos a coordenadoria de assistência complementar, o departamento de apoio técnico às demandas jurídicas e judiciais em saúde, a coordenação de regulação, a coordenadoria de parcerias, contratação de serviços de saúde e a coordenadoria de informação em saúde. A Coordenadoria de Controle Interno, a CEInfo, fica ligada a essa Controladoria de Informação da Saúde.

Aqui era outro problema: nós tínhamos contratos na Autarquia, contratos espalhados em toda a Secretaria, convênios espalhados em toda a Secretaria, convênios com a mesma Organização Social ou com o mesmo parceiro ou fornecedor em várias áreas da Secretaria. Isso tudo passa a ficar centralizado, com uma capacidade de ação, de coordenação muito mais efetiva.

A Vigilância em Saúde também com espírito de fortalecimento no território, mas, no caso específico da Covisa, não houve nenhuma alteração das áreas ou das estruturas que a Covisa tinha. Continuam a Divisão de Vigilância Epidemiológica, a Divisão de Vigilância de Produtos e Serviços de Interesse da Saúde, a Divisão de Saúde Ambiental, a Divisão de Vigilância em Saúde do Trabalhador, a Divisão de Vigilância de Zoonoses. As atividades-meios da Covisa, como as atividades-meios de outras áreas da Secretaria, essas, sim, foram, evidentemente, incorporadas, porque agora nós só temos um Departamento Jurídico, um Departamento de Orçamento, uma Coordenadoria Financeira.

Volto a dizer: os profissionais que estavam nas várias áreas vão para essa estrutura e, com a sua *expertise*, obviamente de compra de materiais, isso não vai ser perdido. Pelo contrário. Então, nós respeitamos todas as especificidades técnicas das suas ações foram incorporadas, mas, volto a dizer: eram estruturas meios. A essência da reorganização – não sei se há alguém contra – era o fortalecimento do território, processo que tem como objetivo ampliar o olhar às ações de vigilância no território, promovendo uma ação mais generalista e completa da vigilância em saúde, com o desenvolvimento de competências e habilidades necessárias para todos os integrantes do sistema, fortalecendo as ações do território, que estão mais próximas do cidadão.

A descentralização foi focada no cidadão e nos usuários. A unidade central continua no seu papel de articulação e indução do sistema de vigilância em saúde municipal, que é fundamental.

A incorporação das atividades-meios nos dá maior racionalidade administrativa, com integração de várias áreas. Esse processo, nós já iniciamos, com reuniões inclusive entre as unidades da Secretaria Executiva de Gestão Administrativa e o DAF.

A Divisão de Informação em Vigilância em Saúde, o CEInfo, também já em processo total de integração.

Nos 33 equipamentos da Covisa, nós tínhamos 560 funcionários, sendo 493 num único local, a sede da Covisa. Lá ficaram 261 funcionários. Eram 231 no início, mas, depois das reuniões que nós tivemos com os representantes dos funcionários, retornaram inclusive, por sugestão, algumas áreas corretamente colocadas pelos representantes, e 231 funcionários, sobretudo da Vigilância Sanitária, foram para as áreas. A manutenção desses 261 na sede central visa exatamente a esse papel de articulação, de indução, de definição de políticas. Eu percorro toda a Secretaria, todas as unidades e, todas as vezes que eu visitava as Suvis, os funcionários me pediam exatamente isto: a necessidade de ter mais funcionários para o atendimento.

Nós tínhamos uma única Praça de Atendimento, que inclusive foi retomada, e este

é o processo de integração que houve na área central, que não tinha nenhuma unidade de Suvis, da Vigilância. Em uma semana, nós abrimos 24 unidades de Praça de Atendimento na Cidade, e vamos abrir 28. No Centro, onde não havia, também vai haver. Então, vocês podem ver aqui a da Sé, a de Santa Cecília, a de São Miguel, a de Ermelino Matarazzo, a da Lapa, a de Pinheiro, a do Butantã, a de Santana, a de Jaçanã, a do Tremembé. Aliás, nós promovemos a reestruturação, o aluguel de várias áreas em várias unidades de Suvis. Aliás, segundo os funcionários, isto já se arrastava há muito tempo: verdadeiras espeluncas, e nós conseguimos alugar novas sedes para as Suvis, e Jaçanã e Tremembé é um exemplo disso. Também a Suvis da Casa Verde, a da Freguesia, a da Brasilândia, a de Perus, a de Pirituba, a de Vila Maria, a da Mooca, a do Aricanduva, a do Ipiranga, a Suvis Saca, a do Campo Limpo e a de Parelheiros. Aqui o endereço de todas elas. Em uma semana, nós conseguimos abrir 24 Praças de Atendimento, e nós vamos abrir 28 com esse processo.

Antes de encerrar, nessa descentralização da Covisa, na DVE, havia 37 funcionários na sede central. Esses números não estão na apresentação e, por isso, se alguém quiser anotá-los... Ficaram 35; só dois foram deslocados.

Em DVIS, nós tínhamos 12; ficaram dez. Em DAF, nós tínhamos 26; ficaram 19, que estão integrados agora com a nossa Coordenadoria Orçamentária. As gerências, que estavam no prédio central, tinham 37; ficaram 35. A Divisão Epidemiológica, ficaram 80, praticamente todos ficaram na sede central. DVISAT tinha 28 e foram transferidas. Esse foi um local onde os funcionários propuseram, foi feita uma transferência incorreta sugerida pela Solange. Então, a gente fez uma reversão no caso de DVISAT. Vigilância Sanitária tinha 190 e ficou 28, os outros foram integrados, então, nas 27 supervisões. Estamos ainda em um processo de discussão com os representantes dos funcionários, com o Leandro, e temos, no caso da Vigilância Sanitária, ainda é uma reversão.

Outro aspecto importante, fizemos em julho de 2020 uma discussão no Conselho Municipal de Saúde. Eu estive presente apresentando a primeira proposta de reorganização da Secretaria. Depois, fizemos algumas reuniões com o controle social das regiões, com os

conselhos gestores das coordenadorias e fizemos agora outro processo, tivemos duas reuniões em novembro e dezembro com o Condef para apresentar a questão da extinção da autarquia. Uma nova rodada com conselhos gestores de coordenação e coordenadorias, 13 e 17 de novembro.

Mais recentemente, essas reuniões com os funcionários, sendo que a portaria da Secretaria coloca inclusive em um dos seus artigos a possibilidade de que aqueles funcionários que, eventualmente - e aí vocês viram que a maior quantidade basicamente é da Vigilância Sanitária, os outros setores ficaram boa parte na Covisa -, em caso de discordância do funcionário, ele eventualmente pedir - até porque os funcionários foram alocados, na maior parte dos casos, salvo algum erro ou engano, em locais de trabalho na cidade próxima de onde as pessoas moram, mas a gente deixou um artigo na portaria que possibilitava exatamente haver uma reversão, caso o funcionário quisesse eventualmente ir a outra supervisão ou, eventualmente, retornar a sede central da Covisa.

Então, eu acho que é isso, Presidente. Quero agradecer a oportunidade e estou à disposição.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Pela ordem, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Bezerra) – Obrigada, Secretário.

O SR. GILBERTO NATALINI – Pela ordem. Estou presente.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Bezerra) – Temos mais de 30 inscritos. Então, vou pedir para que os Vereadores, democraticamente, façam uso de apenas três minutos na fala para que a gente possa ouvir os inscritos, respeitando também o tempo disponível que o Secretário tem para estar conosco.

Tem a palavra, pela ordem, Vereador Gilberto Natalini, Vereador Celso Giannazi e Vereadora Juliana Cardoso.

O SR. LEANDRO VALQUER - Leandro também, do Conselho Municipal Saúde.

O SR. GILBERTO NATALINI – Sra. Presidente, só queria anunciar minha presença e eu não quero falar agora. Quero ouvir os funcionários falarem e, no final, se for o caso, eu

uso a palavra. Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Bezerra) – Então, Vereadora Juliana Cardoso, por três minutos.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Na verdade, Sra. Presidente, fiquei com muita dificuldade de entrar na rede, eu não sei o que está acontecendo com a rede da Câmara que está oscilando muito.

Então, eu não ouvi como iria ser. Seria o secretário e os convidados, funcionários e Sindsep que iriam falar e, depois, os Vereadores e os inscritos? É isso?

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Bezerra) – Exatamente.

Estou abrindo agora se os Vereadores quiserem falar alguma coisa, têm a oportunidade. Depois, os convidados vão falar por três minutos cada um.

A SRA. JULIANA CARDOSO – A palavra por três minutos é muito pouco e quero falar depois dos convidados.

Os nobres Vereadores poderiam, pelo menos, aos convidados com um pouco mais de tempo, porque três minutos não dá para falar do tamanho que é a Covisa com tantas coisas. Acho que a gente precisa dar um pouco de tempo a mais, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Bezerra) – Então, no máximo, por cinco minutos porque o tempo que o Secretário dispõe é pouco e a gente tem mais de 35 inscritos. E aí a gente vai ter que tirar então o tempo dos inscritos para dar para os convidados falarem e aí a gente vai ter menos participação das pessoas que estão inscritas na audiência pública.

Então, vocês que convocaram a audiência...

A SRA. JULIANA CARDOSO – Normalmente, a gente tem os convidados que tem pelo menos 10 a 15 minutos. Claro que as pessoas que estão inscritas também querem falar, mas normalmente nas audiências públicas o que eu acompanho desde sempre é que os convidados tenham de 10 a 15 minutos na participação. Então, queria refletir isso com os Vereadores.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Bezerra) – Estamos em uma audiência pública

que não é normal, é virtual, e não temos o tempo disponível também para o Secretário depois responder as nossas perguntas. Então, estamos otimizando para ter a presença do Secretário para responder as perguntas.

A gente pode dispensar o Secretário e depois ele responde por escrito. Então, vocês decidem. Chamamos uma audiência pública de uma semana para outra contando com a disponibilidade do Secretário estar presente. Então, estou usando do tempo que o Secretário tem para que a gente otimize, ouvir os convidados e ouvir as pessoas que se inscreveram.

Então, estou tentando conciliar todos os interesses. Se não for interesse a presença do Secretário do começo ao fim da audiência, ouvimos no tempo que for pertinente, para todos os convidados falarem; ouvimos todos os inscritos e o Secretário se ausenta, na medida em que ele for solicitado para sair. Porque o Secretário só tem 1h20min para ficar aqui e já correu o relógio.

Então, é isso o que eu estou propondo.

Pela ordem, Vereador Celso Giannazi.

O SR. CELSO GIANNAZI – Eu acredito, tenho a minha opinião, de que temos de aproveitar a presença do Secretário aqui, e que as pessoas que estão inscritas, que detêm o acúmulo de conhecimento das regiões, que elas possam fazer as intervenções para que o Secretário ouça o que, de fato, está acontecendo.

Inclusive, Presidente, vou fazer uma breve fala de um minuto e deixar o meu tempo para que as pessoas, os servidores públicos, possam falar para o Secretário o que está acontecendo efetivamente. Eu acho fundamental o Secretário estar aqui ouvindo as pessoas.

A SRA. NOEMI NONATO – Pela ordem, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Bezerra) – Então, eu só peço para que entrem em um consenso, Vereadores, para que possamos passar a palavra para as pessoas e otimizarmos o nosso tempo.

O SR. CELSO GIANNAZI – Então, Presidente, posso só deixar o meu comentário para o Secretário e deixar o tempo para que as pessoas possam se manifestar.

Boa tarde, Secretário. Boa tarde, Vereadoras e Vereadores presentes. Boa tarde ao público que está nos assistindo e boa tarde aos trabalhadores, servidoras e servidores que estão acompanhando esta audiência pública muito importante.

O que nós acompanhamos, Secretário, com todo o respeito, a apresentação que o senhor fez é uma apresentação que mostra, de fato, uma reestruturação que aqui ninguém, ninguém, tenho certeza de que, aqui, ninguém é contra uma reestruturação para que os municíipes possam ter um bom atendimento. Mas para que os municíipes possam ter um bom atendimento, é preciso que os servidores públicos, que prestam esse serviço público, estejam presentes, estejam participantes de todo o processo da reestruturação. E isso, eu tenho acompanhado; têm chegado aqui, ao nosso mandato, muitas reclamações. Eu tenho ido aos territórios e não é isso, Secretário. Eu não sei se há uma falha de comunicação entre a cúpula da Secretaria Municipal de Saúde e a base. Eu sei que essas informações não chegam para os trabalhadores do atendimento ao público, mesmo.

Então, são muitas questões envolvendo a remoção dos servidores; critérios para a remoção dos servidores; necessidades de cada região, que não foi apresentado um levantamento sobre isso aos trabalhadores, aos servidores. Então, são muitas ações da Covisa que ficaram pendentes de uma informação mais próxima das pessoas que, de fato, estão na base, Secretário. E temos problemas gravíssimos de alocação de servidores, de alocações de serviços que eram feitos em um lugar... Não tem um detalhamento das ações envolvidas. E o que parece, só concluindo, é que antes do decreto nada tinha sido... Parece, Secretário, a sensação que dá é que esse detalhamento está todo sendo feito agora, no afogadilho. Porque, antes, não teve essa prévia discussão, nem com o Conselho Municipal de Saúde, nem com as entidades representativas dos trabalhadores, nem com os trabalhadores.

Então, eu vou ouvir muito o que os trabalhadores, os servidores têm a dizer, porque são pontos relevantes, Secretário, que precisamos ouvir para que, no final da conta, o munícipe tenha o serviço público prestado com eficiência, principalmente da Covisa. No momento da pandemia, ver a Covisa ser diluída... Assim como a Sucen, que o Governador

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 18035 DATA: 26/08/2020 FL: 13 DE 43

Doria está destruindo a Sucen, no âmbito estadual, a Prefeitura de São Paulo faz um grande ataque à Covisa, que é tão fundamental ao combate à pandemia do coronavírus.

Então, é muito importante que reflitamos e, se for o caso, Secretário, que possamos dar um passo atrás, para revermos esse processo todo que está sendo feito na Covisa.

Então, eram essas as minhas palavras iniciais. Muito obrigado, Presidente. Muito obrigado, Secretário.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Pela ordem, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Bezerra) – Obrigada, Vereador.

Pela ordem, Vereadora.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Eu não vou ficar discutindo, porque eu vou perder tempo. Mas só quero dizer o seguinte: que esta política que está sendo reorganizada, ela fala da vida da Cidade. E 1h20min com o Secretário, nesta Comissão, é muito pouco. Conhecendo o Secretário como é, acho que ele também poderia disponibilizar o horário dele até, pelo menos, às 15h, que é o horário do Plenário.

Mas, eu queria que, pelos menos, cinco minutos fossem dos convidados, como naturalmente sempre são, de 10 a 15. Mas, ok, reduzir para cinco minutos, e que abrissemos para os demais. E as minhas considerações vão ser de um minuto e meio e, depois, os convidados.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Bezerra) – Vereadora, só lembrar de que estamos no meio de uma crise sanitária, e se o Secretário dispusesse de mais tempo, até eu estranharia. Eu acho que é mais que compreensível.

Vou passar a palavra, então, para o Leandro. Leandro, você tem cinco minutos.

O SR. LEANDRO VALQUER – Boa tarde, Secretário. Boa tarde, Presidente da Mesa, demais Vereadores e presentes.

Eu também compartilho dessa ideia de que este processo começou a ser disparado agora, no final. E isso é tão claro que a razão que está tendo, e que teve, das pessoas é

exatamente por conta disso.

Na primeira reunião que tive com o Secretário, que foi no dia 17 de agosto, conversamos sobre dois temas. Uma, foi a questão do Campo Limpo e a outra foi a questão da Covisa. Da mesma forma que no Campo Limpo também se fez um processo atropelado, eu entendo que com esses processos também está sendo feito da mesma forma. Inclusive, o Secretário possibilitou uma segunda conversa com a área técnica da Covisa, com o Coordenador, com o pessoal da Secretaria Executiva, que vão entrar nessas áreas, e eles também... O próprio Secretário, inclusive, concordou com isso. Por exemplo, ...

- Falha na transmissão. Registro prejudicado.

O SR. LEANDRO VALQUER - ... trabalhador, tinha sido completamente desmontada, tanto que estão revendo esse processo.

E é verdade. Nós ouvimos falar que teve seminário, que teve oficina. Nós ouvimos falar, o Conselho. Mas em momento algum, esse tema veio para o Conselho Municipal. Eu entendo que a Gestão tem o direito de pensar, de elaborar, propor, executar o serviço, mas precisa apresentar, aqui, para o Conselho. Se isso tivesse acontecido, se esse processo tivesse, inclusive - além da cúpula das coordenações que fizeram esse trabalho -, se tivesse chegado na ponta, eu tenho certeza... Um processo negociado, com uma grade, com um cronograma de passagem... Eu achei fantástica essa apresentação que o Secretário fez. Se ela tivesse sido feita há uns seis meses... Começou em 2019, eu anotei aqui, em julho de 2019. Nós estamos agora em 2020 e isso chegou na ponta agora. Nós, do Conselho, não tínhamos conhecimento, esses seminários todos, claro, foram feitos pela Gestão, mas não chegou aqui. Se tivesse chegado também estaríamos compartilhando, concordando. A apresentação feita está belíssima, está bonita, mas isso precisa também chegar para quem está trabalhando na ponta.

E esse processo da ponta só chegou dessa forma que considero uma violência institucional, fazer essa mudança rápida. Faltam praticamente quatro meses para acabar a

gestão e virar de perna para o ar no meio da pandemia, numa situação dessas. Tanto que aqui no Conselho Municipal de Saúde foi feito o debate e convidamos, inclusive, a Covisa, o próprio Secretário para vir fazer a apresentação e não puderam vir. E ficamos com a dificuldade, está sendo feito agora aqui pelo Secretário, com uma certa pressa, porque ele tem compromisso, mas esse é um tema delicadíssimo.

Por exemplo, vários coordenadores de Covisa, inclusive, gente que esteve presente agora nesse processo da Covisa, assinaram uma carta questionando a mudança radical que está sendo feita. Quer fazer, faz, mas precisa envolver mais.

A segunda, o documento que também foi lido no Conselho Municipal, é um documento que fala sobre a portaria e aponta nas diversas áreas todos esses problemas que o pessoal vai falar agora. Estou abrindo aqui como Conselho, acho que é necessário, saiu aqui uma resolução de uma retomada dos trabalhadores para os seus locais, aqui mesmo na região Central, e que isso fosse apresentado num plano como um todo. Isso precisa ser compartilhado com quem vai fazer a tarefa.

Lembro-me, passei por uma situação muito difícil no momento da implantação do PAS, do Governo Maluf, e me parece, a sensação de todas as pessoas que trabalham – e eu também estou tendo – é que isso está sendo feito com muita pressa. Foi feito com muita pressa. Agora, inclusive, vai diminuir a quantidade de gente no prédio, assim como Campo Limpo foi feito também. Em Campo Limpo acabou depois voltando para trás porque houve uma reação. Quando se faz as coisas dessa forma pode trazer prejuízos.

Então para não estender muito a minha fala, o Sistema Único de Saúde foi feito também para ter democracia, para ter participação, compartilhamento. A Gestão não pode fazer? Pode. Mas traz nos espaços de participação, de controle, envolve as pessoas numa grade de passagem das coisas, gradativa, mas não façam as coisas com esta violência. Eu diria até truculência, do ponto de vista da ação.

Essa é minha opinião como cidadão, como Conselheiro. Não temos a reunião evidentemente com o Secretário na fluência, estamos procurando manter a porta aberta junto

com os sindicatos, com os conselheiros, com a gestão, porque acredito que a melhor forma de fazer as coisas é desse jeito.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Bezerra) – Obrigada, Leandro. Vou passar a fala para o representante do Sindsep, Sergio Antiqueira, que também terá cinco minutos.

O SR. SERGIO ANTIQUEIRA – Obrigado, Sra. Presidente, pena que o tempo é curto, boa tarde a todas e todos. A apresentação que o Secretário faz mostra fluxogramas mostrando uma descentralização, mas quando...

(NÃO IDENTIFICADO) - Não estou conseguindo ouvir. Sou só eu ou mais alguém não está ouvindo.

O SR. SERGIO ANTIQUEIRA – Presidente, vou reiniciar.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Bezerra) – Eu estou escutando. Vou zerar o seu tempo, Sergio.

O SR. SERGIO ANTIQUEIRA – Obrigado. É uma pena que tenhamos pouco tempo, porque é um assunto gravíssimo, requer muito mais tempo, muita atenção de todos os 55 Vereadores e Vereadoras, o fluxograma que o Secretário apresenta fala de descentralização, mas na prática, quando estamos desfazendo a Autarquia Hospitalar Municipal, que ainda poderíamos fazer uma discussão maior sobre isso, que não houve.

Quando tiramos a autonomia financeira da Covisa, quando tiramos a autonomia da Covisa com relação a recursos humanos, isso não é descentralização. Isso é centralização. Ele diz que continuam as divisões, porém sem os trabalhadores. Na prática isso é um desmonte. E são programas essenciais, fundamentais, imprescindíveis, tanto que todos os ex-coordenadores que passaram por todas as gestões se manifestaram contrários, usaram o termo desestruturação corretamente, é um termo que utilizamos.

E a justificativa de fortalecimento no território não para em pé, porque a justificativa de fortalecimento no território para desmontar setores que estão organizados sem um plano de trabalho. Um plano escrito depois que foi feito. Aliás, não tem um plano.

O retorno dos trabalhadores que o Secretário fala, como se fosse uma coisa negociada, na verdade é uma pressão que está sendo feita, inclusive, para trabalhadores virem para ficarem 30 dias em Covisa, para concluírem os processos que têm lá, porque senão fica tudo parado.

Foi uma coisa tão abrupta, tão violenta contra os trabalhadores e contra o Serviço, a Vigilância em Saúde na Cidade que tem processos pendentes, tem várias reclamações acontecendo. Tem médico psiquiatra que não consegue pegar as receitas para levarem para a Unidade. Paciente sem receita. O prédio, estão falando lá dentro de entregar um prédio que acabou de renovar o contrato em agosto, por três anos. Estão falando em devolver o prédio.

Quando se fala de praças de atendimento, me perdoem, mas temos recebido denúncias que os trabalhadores estão sendo obrigados a fazer foto de uma sala com uma mesa e um computador, que é isso que o Secretário apresentou, para dizer que tem uma praça de atendimento. Não é verdade. Não tem. Mas o mais grave de tudo isso é que a Cidade está tendo desmontado o serviço, justamente essas praças de atendimento, que só tinham nove pessoas fazendo atendimento na Covisa, se vão fazer 27, não sabemos de onde virão esses outros trabalhadores.

Quem vai gerir os acessos ao sistema de vigilância para notificação de doenças e agravos, registro das atividades de vigilância se os profissionais saíram. Como vai ficar a questão da fiscalização de bancos de sangue e clínicas de hemodiálise. São perguntas que estamos mandando por escrito para os Vereadores que precisam ajudar a cobrar do Secretário, para que ele responda como vai ser feito isso. E as inspeções noturnas em restaurantes, bares, no momento da pandemia, como é que vai ficar? A Covisa não tem carro, não tem segurança, para que os técnicos façam inspeções nos territórios. A redução das inspeções nas indústrias de cosmético – produto de higiene e cosmético. A questão de DST/Aids. A organização da questão das vacinações, das informações. São 253 trabalhadores que formavam equipe. A questão da alimentação, da água, os agrotóxicos na alimentação. A população vai ficar sem fiscalização de áreas essenciais para a saúde. Isso se chama

prevenção, vigilância em saúde.

Um dos órgãos mais importantes no Brasil está sendo desmontado. E há discussão de que isso estava sendo planejado e preparado. E não tem planejamento, porque as pessoas chegaram nos locais... Nós estamos com uma pesquisa feita com os trabalhadores: as atribuições no novo local foram corretamente designadas, dentro do escopo? As atribuições no novo local são as mesmas que você possuía na Covisa? Trinta e quatro por cento já afirmam que não; 56% não sabem responder. Ou seja, eles chegam lá e improvisam o que vão fazer.

Lógico que na região, no território, sempre faltou funcionário, principalmente quando não se faz concurso público. Deixa arrastar por três anos e utiliza isso como justificativa. Foi a mesma justificativa utilizada no Campo Limpo. Falta funcionário. E você vai observar os processos, eles dizem que não tinha funcionário porque a gestão não autorizou concurso. E agora faz um desmonte. Isso não é descentralização, isso é desmonte. Vai custar caríssimo à cidade de São Paulo. E nós pedimos a intervenção dos Vereadores. E que o Secretário responda as perguntas que os demais colegas da Covisa que estão aqui vão poder pontuar claramente como especialistas que são.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Bezerra) – Obrigada, Sergio.

Vamos passar agora à relação dos inscritos.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Pela ordem, Sr. Presidente.

Eu tinha pedido para falar no final da fala dos nossos convidados.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Bezerra) – Ah, então tá. Eu vou registrar também a presença da Vereadora Noemi Nonato.

Tem a palavra a nobre Vereadora Juliana Cardoso.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Concordo com o que fala tanto com o Conselho Municipal quanto o Sindicato. Mas eu queria fazer algumas perguntas muito objetivas para o Secretário Edson Aparecido.

Primeiro: já se sabe que seis ex-coordenadores da Covisa... E aí passa pelas gestões Marta Suplicy, José Serra, Gilberto Kassab, Fernando Haddad e João Doria; portanto,

todas as gestões dos partidos. Eles pediram e redigiram um documento falando pela revogação disso, argumentando, inclusive, numa carta muito bem escrita, a importância de que esse órgão continue – firme, forte. E, aliás, abrir relação de concurso público.

Eu queria saber, Sr. Secretário, se a gestão do Prefeito Bruno Covas acha razoável uma proposta que é rejeitada por seis ex-coordenadores da Covisa nos últimos 17 anos. Eu queria saber se a gestão do Prefeito Bruno Covas está certa de que todos esses gestores estão equivocados. Eu quero saber como serão realizadas as atividades dos Núcleos de Vigilância de Infecções Sexualmente Transmissíveis, e que teve todo o seu corpo técnico removido. Todo! E sem diálogo.

Esse diálogo que o senhor mostrou aqui é um diálogo feito com gestores, e não com os técnicos e os profissionais, funcionários, conselho, inclusive da Comissão de Saúde, que também enxerga a cidade de São Paulo, nesse fato e nesse momento da pandemia.

Eu fico indignada que, com um órgão desse tamanho, em plena pandemia, não termos três horas para conversar sobre isso. A indignação é minha, porque é um dos órgãos que inclusive enxerga a relação da pandemia na cidade de São Paulo.

Como que vai funcionar, Sr. Secretário, os Núcleos de Doenças e Agravos não Transmissíveis, e que teve todos os seus médicos removidos. Quem vai realizar a vigilância de saúde do trabalhador, se a totalidade dos técnicos, 27, foram removidos? Quem vai cuidar da praça de atendimento da Covisa, que tiveram os únicos nove servidores removidos para uma foto tirada de ontem para ontem para poder dizer que estavam com um local de trabalho. Não estão. Eles foram para lugar nenhum, porque, quando chega nas subprefeituras ou nas regiões, não tem nem cadeira, nem mesa, nem computador.

Como é que vai funcionar a vigilância dos produtos e serviços de interesse de saúde, que teve 176 técnicos removidos? Secretário, quem que vai analisar os protocolos sanitários da Covid-19? Quem vai realizar as ações de vigilância de alimentos, que teve 45 técnicos removidos? Quem vai realizar as ações da vigilância de medicamentos, extremamente importante para a cidade, que teve um setor com 29 técnicos removidos?

E por fim, Sr. Secretário, e Sr. Prefeito Bruno Covas, eu quero que os senhores apresentem um estudo e uma avaliação de impactos dessas medidas nas ações da vigilância da saúde da população de São Paulo. Porque o que o senhor apresenta aqui é uma reorganização de outros setores. E pouco se fala da relação da Covisa.

Eram essas as minhas considerações.

Obrigada a todos que estão nos escutando e nos acompanhando.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Bezerra) – Sr. Secretário, o senhor prefere responder esse primeiro bloco, e, depois, passar à oitiva dos que estão participando?

O SR. EDSON APARECIDO DOS SANTOS – Eu acho que seria melhor ouvir todo mundo.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Eu acho que é melhor ouvir.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Bezerra) – Ok.

O SR. EDSON APARECIDO DOS SANTOS – O pessoal vai falando, porque outros depois se repetem.

O SR. TONINHO VESPOLI – Pela ordem, Sra. Presidente. Eu gostaria de fazer uma pergunta. É o Vereador Toninho Vespoli.

A SRA. PATRÍCIA BEZERRA – Vereador Toninho, eu vou dar prioridade às pessoas que são da Comissão e para as pessoas que foram convidadas; você fica para o final. Ok?

O SR. TONINHO VESPOLI – Ok.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Bezerra) – Eu vou apenas lembrar às pessoas inscritas que, quando se sentirem contempladas pela fala da pessoa que já se inscreveu, para não serem repetitivas, para não ficarem repetindo a mesma coisa, porque assim o maior número de pessoas pode participar.

Vamos lá, a Sra. Mariana Martines. Tem três minutos ou menos, se conseguir falar em menos, melhor. Não está presente. A Sra. Selma Costa.

A SRA. SELMA COSTA – Sou eu. Com todas essas falas, principalmente, a do

Secretário, eu fiquei mais preocupada ainda. Eu até tinha feito um documento para contar as coisas que o pessoal mesmo já falou. É a completa ignorância do que é Covisa.

Eu sou médica. Trabalho na Vigilância de São Mateus e sou plantonista do Plantão da Covisa. Então, eu tenho acesso a tudo o que aconteceu lá. Neste final de semana, inclusive, eu dei plantão lá.

É uma estrutura totalmente diferentes. Foi desmantelada totalmente. Por exemplo, na minha Suvis, não chegou ninguém, nenhum técnico para fazer o serviço. Só que o serviço, o conhecimento tem que ir junto. Você não pode falar como em São Mateus, como eu vi na lista, falando que a gente tem uma praça para fazer a vigilância sanitária. A nossa só faz cadastro dos animais porque tem centro de castração. Então, eu não sei que vigilância que ele estava falando. É de outro planeta porque não é de onde eu trabalho.

Esses seminários foram feitos com gestor, que é indicado. É uma amostra viciada, e eu vejo muita gente que é gestor que faz tudo o que o outro manda porque eles estão comprometidos com o cargo deles e não, com a saúde pública.

Então, a minha fala como funcionária é essa. A gente teve conferência municipal de vigilância em saúde, que foi um ano antes. Como é que ele fala que foi discutido em 2019? Não foi em 2019. A gente fez uma conferência enorme em 2018. Por que não resgatou as nossas propostas para a vigilância. Estava tudo lá. Isso não foi resgatado.

Então, o do Conselho Municipal ele tem que participar. Está na lei a participação de funcionários e usuários é obrigatória, por isso que foi feito.

É isso. Eu queria saber que vigilância que é essa que ele falou que desmantelou. Como falaram, também, não foi descentralizado. Muito pelo contrário, centralizaram um monte de coisas. A vigilância tem coisas específicas e, no meio de uma pandemia e de uma campanha de vacina, desmantela uma coisa e setores que cuidam de manutenção de equipamento. Se dá um problema em câmera de vacinação, quem é que vai cuidar?

Então, são pessoas que não conhecem. É muito triste isso. Tudo o que ele falou não chegou em ninguém da gente. Em quem sabe, quem está no dia a dia, quem é a ponta. E

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 18035 DATA: 26/08/2020 FL: 22 DE 43

eu sou uma dessas pessoas que, quando eu fico sabendo, eu participo. Tanto que eu estou aqui e fui a segunda inscrita.

Eu gostaria de saber de onde surgiu isso? Porque tudo o que falou não é o que acontece na verdade. Pronto.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Bezerra) – Obrigada, Selma. Agora é o Marcos Rubens Ferreira. Três minutos também. (Pausa) Deise Toledo Carrijo.

A SRA. DEISE TOLEDO CARRIJO – Eu sou enfermeira, educadora em Saúde Pública, trabalhei na Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo e me aposentei por ela. Hoje estou como Conselheira Municipal do Município de Itapetininga.

Estou presente hoje para deixar a minha indignação sobre esse desmonte da Vigilância em Saúde da cidade de São Paulo que é referência para o mundo, vamos assim dizer.

A única pergunta que eu quero deixar, e eu gostaria de ter a resposta, é por que esse desmonte da Vigilância, sendo da Vigilância que sai todas propostas do trabalho em saúde pública da nação e do planeta? No meio de uma pandemia, estamos acéfalos. Eu gostaria, imensamente, de ter a resposta: por que o desmonte da Vigilância em Saúde?

Muito obrigada a todos.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Bezerra) – Obrigada, Deise.

Radomir Tomich. (Pausa) João Batista Gomes.

O SR. JOÃO BATISTA GOMES – Boa tarde, Presidente. Boa tarde a todas e todos. Sou João Batista, do Sindicato dos Servidores e trabalhador da Covisa também.

Bom, Vereador Natalini, tem um pensador que diz que atrás da aparência é necessário ver a essência.

Então, o que o Secretário chama de reestruturação, na essência, é um desmonte dos serviços de saúde. Veja só, essa reestruturação, que ele diz, está baseada num projeto de lei que extinguiu oito Autarquias, entre elas, a Autarquia Hospitalar Municipal. É o mesmo projeto que o Governador Doria apresenta no Estado, que vai extinguir 10 Autarquias.

A grande questão que nós nos colocamos é a seguinte: por que uma reestruturação deste tamanho está acontecendo a quatro meses do final desta gestão? Essa Gestão pode ser eleita – não é essa questão – mas a gente conhece as práticas de Administração Pública e, por anos e anos, foram sendo construídos mecanismos de que uma gestão não poderia deixar coisas prontas para outra, do ponto de vista de gasto e de desestruturação, que é o que está acontecendo na Secretaria Municipal de Saúde.

Então, veja só – aqui, nós estamos tratando de coisas concretas, Vereadora Patrícia Bezerra -, Presidente do Sindicato questionou. No começo do mês de agosto, foi renovado o contrato do prédio da Covisa por 36 meses. Se era um negócio pensado, então, por que foi renovado um contrato de aluguel? Não é de se dispensar isso?

Segundo: o Secretário demonstrou e colocou várias praças de atendimento. Eu gostaria de perguntar quantos servidores administrativos, chamados AGPPs, foram deslocados para fazer o atendimento nessas praças de atendimentos? Ou será que os trabalhadores da Covisa, que são profissionais de nível superior em várias áreas, Analistas de Saúde, Médicos, Enfermeiros, Farmacêuticos, Biólogos, Assistente Social e assim por diante, vão fazer o atendimento nas praças? Ou serão os AGPPs que a Secretaria Municipal de Saúde não chama, os concursados?

Então, Secretário, aqui tem um problema, ou o senhor está enganando a gente com essas fotos, porque a realidade que a gente está vendo nos locais de trabalho é que isso é uma mesa com um computador. E quem é que vai fazer o atendimento? E mais, após esse atendimento, para onde serão encaminhadas essas solicitações?

Essa é a nossa questão. Então, do ponto de vista nosso, Vereador Natalini e Patrícia Bezerra, a gente está dizendo claramente que é necessário parar esse curso. É necessário parar essa situação e retomar do zero, porque essa reestruturação não serve à cidade de São Paulo, ela desmantelou a Secretaria de Saúde e, em consequência, a Covisa.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Bezerra) – Obrigada, João.

Agora a Silvia Tommasini, também por três minutos.

A SRA. SILVIA TOMMASINI – Oi, boa tarde a todos e a todas. Sou do comitê de defesa do Hospital Sorocabana, venho aqui me congratular com a luta dos funcionários da Covisa, que é a luta de todos nós, é a luta da população da cidade de São Paulo contra o descaso pela saúde da população de São Paulo.

Na verdade, só vim saudar mesmo, porque a minha fala foi completamente contemplada pela fala da Vereadora Juliana Cardoso. Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Bezerra) – Obrigada, Silvia.

Tem a palavra Marcia Abrahão Silva Ferreira, Vera Helena Lessa Villela, Marcia Maria da Silva.

A SRA. VERA HELENA LESSA VILLELA – Presidente Patrícia, consegui liberar agora o meu microfone, a senhora está me ouvindo?

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Bezerra) – A Vera Helena?

A SRA. VERA HELENA LESSA VILLELA – Isso mesmo. Não consigo liberar a câmera, mas o microfone sim.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Bezerra) – Pode falar por três minutos, Vera.

A SRA. VERA HELENA LESSA VILLELA – Muito obrigada. Sou ex-funcionária da Covisa, trabalhei por 13 anos na Secretaria Municipal de Saúde e sou conselheira do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional. Fui ex-conselheira municipal até o começo desse ano.

Primeiro, nenhuma dessas discussões sobre reestruturação passaram pelo conselho. Segundo, se realmente sobre esse processo tivesse sido pactuado e estruturado, não teríamos a necessidade do retorno dos trabalhadores para colocar em andamento os processos que ficaram parados. Então, essa é uma questão bastante séria.

Acredito que todo esse processo a gente considera que (falha na transmissão). É importante a descentralização, isso vem sendo discutido. Esse foi um dos pilares que saiu da própria Conferência de Vigilância em Saúde, que aconteceu em 2017. E, se realmente fosse

essa a intenção, a partir dali todo esse processo deveria ter sido discutido e pactuado.

Isso foi feito no afogadilho, num momento em que não se poderia mais fazer nenhum outro tipo de... para que não houvesse a questão da incidência do período eleitoral.

Então, é uma situação muito séria e a gente precisa pensar na *expertise* de todos os trabalhadores da vigilância, de todas as divisões, seja da área de produtos e serviços de interesse à saúde, da vigilância em saúde do trabalhador, que foi totalmente desmontada, da própria vigilância epidemiológica, da área de informação em saúde.

Sabemos que toda a parte do Sinan, que é o Sistema Nacional de Agravos de Notificação Compulsória, e o Sivisa ainda está parado, porque as pessoas que coordenavam esse processo dentro da Secretaria não estão mais lá. E a gente também sabe que não é verdade que a praça de atendimento nas regiões está atuando da forma como foi colocado. Sabemos que não existem nem funcionários e nem a tecnologia de informação para dar suporte para os municípios.

Então, é importante que seja revisto. Realmente um processo de descentralização teria de, inclusive, ter sido publicado também, no momento que foi colocado o decreto, e isso não aconteceu. Aparece lá uma proposta. Serão discutidas as propostas. As propostas já teriam de ter sido discutidas e estruturadas.

É muito séria essa situação, mostra um desconhecimento da complexidade do processo da vigilância. Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Bezerra) – Obrigada, Vera.

Agora, com a palavra Marcia Maria da Silva, Maria Elisabeth Pereira de Siqueira, Maria de Fátima Alves Marta, Carlos Eduardo Pierangelo.

O SR. CARLOS EDUARDO PIERANGELO – Boa tarde a todos e a todas. Sou Carlos Eduardo, diretor do Simesp e já (falha na transmissão) dos receituários de notificação de B1, também tem C2 de retinóides... (falha na transmissão)

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Bezerra) – Carlos, falhou o seu áudio agora. Carlos? Volto a chamá-lo depois.

Ana Carolina Aguiar de Carvalho, Silvio dos Santos. Carlos, se você voltar, me dê um sinal. Leonardo Cozac.

O SR. LEONARDO COZAC – Boa tarde a todos e todas participantes dessa audiência, uma saudação especial à Sra. Patrícia Bezerra, Presidente da Comissão, e ao Vereador Gilberto Natalini, um incansável batalhador pelas causas de saúde e meio ambiente, em especial à qualidade do ar interno.

Represento a Abrava, Associação Brasileira de Refrigeração, Ar-Condicionado, Ventilação e Aquecimento que, por meio do seu Departamento Nacional de Qualidade do Ar de Interiores, Qualindoor, respeitosamente manifesta a sua preocupação com a qualidade da saúde dos cidadãos em decorrência das medidas previstas na nova legislação, que determinou a reorganização da Administração Pública Municipal Direta, com eventuais aspectos pontuais que possam resultar em funções fragilizadas e ter comprometido a sua operação em setores essenciais e entidades.

Cabe destacar a importância do trabalho da Covisa, Coordenadoria de Vigilância em Saúde, nos últimos anos, pioneira em todo Brasil na inspeção e fiscalização dos sistemas de climatização, com sensível impacto positivo na melhoria da qualidade do ar interno em estabelecimentos comerciais e de serviços, tais como: *shopping centers*, escolas, hotéis, escritórios, *call centers*, entre tantos outros da nossa cidade. Portanto, a eventual interrupção ou mesmo redução dessa atividade, poderá acarretar significativas perdas para a saúde das pessoas de nossa Cidade e, por consequência, impacto econômico no sistema de saúde.

Assim, pelos motivos expostos, pleiteamos especial atenção de forma que, essas ações da Vigilância Sanitária, continuem com a conhecida eficiência e qualidade em nossa Cidade, ainda mais em época de pandemia de um patógeno, também transmitido pelo ar, no caso, o Sars-Cov-2, com especial atenção aos ambientes fechados, sem uma ventilação adequada.

Finalizando, mais uma vez, colocamos a nossa entidade, Abrava, à disposição do Poder Executivo e Legislativo Municipal e da sociedade em apoio as ações em prol da

qualidade do ar em ambientes fechados da nossa Cidade.

Agradeço muito a oportunidade e a atenção de todos vocês.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Bezerra) – Estamos na metade da lista de inscritos. Vou passar a palavra para o Secretário Edson Aparecido porque, realmente, ele vai ter de sair e continuaremos com as oitivas. Daí passamos ao restante das manifestações para que ele, por escrito, possa nos responder.

Com a palavra, o Secretário Edson Aparecido. Depois, vamos manter até as 15h a audiência pública.

O SR. EDSON APARECIDO DOS SANTOS – Primeiro, Vereadora, quero agradecer. Foram várias colocações, acho que podemos perceber quem participou da audiência pública, da videoconferência: o pessoal do sindicato, do Sinesp; o pessoal do Sindisep; da Abrava; uma moça do Sorocabana; uma moça de Itapetininga; e uma funcionária da Covisa.

Então, eu me disponho a voltar em nova audiência da Comissão de Saúde para ver se conseguimos reunir mais funcionários da Covisa, que tenham dúvidas, para que possamos responder as que eventualmente permanecerem. Parece-me que ficou mais concentrado no Sindisep, no Sinesp, na Abrava, e no pessoal que não é de São Paulo.

Então, acho que me disponho a voltar numa nova audiência da Comissão de Saúde, se Deus quiser com mais funcionários da Covisa, para que possamos aprofundar o debate. Nós podemos marcar semana que vem, enfim, começo da semana, é que a reunião é às quartas, mas eu acho que posso voltar na próxima semana. E como ainda esta semana teremos uma rodada de conversa com os funcionários e com o Leandro, vamos ver no que nós avançamos e voltamos para uma nova audiência, semana que vem, se Deus quiser, com uma participação mais ampla do pessoal da Covisa.

De maneira geral, há preocupações que são justas, mas a maior parte delas, talvez seja, não porque não tenha havido discussão, mas que não se tenha tido o protagonismo de alguns setores na discussão. Mas o real é que houve uma discussão, é inegável, houve, sim,

discussão. Ela poderia ter sido mais aprofundada? Poderia, é evidente. Mas é isso mesmo, quer dizer, há uma visão, há um discurso empacotado, que é o discurso do sucateamento, que não aprofunda nada, não entra no amago da questão que é discutir como é que vamos atender melhor o povo da cidade de São Paulo. Isso nunca é debatido, isso sempre fica em segundo plano, sempre. O esforço que foi feito com a ação de reorganização e de descentralização que, me parece, ninguém foi contra. Vou dar um exemplo, Vereador Gilberto Natalini.

A última vez que o SAMU *botou* 122 viaturas para rodar na Cidade, foi no ano de 2004. E nós estamos botando agora 122 viaturas, e só foi possível graças a descentralização que fizemos no SAMU, que foi altamente combatida, profundamente combatida porque integraramos o SAMU aos hospitais, às UPAs, as unidades de saúde. É evidente que houve processo de alocação de pessoas, e foi o que fizemos tanto nas autarquias como em Covisa, mas ninguém paralisou processo algum, Vereadora Juliana. Aliás, o Núcleo de Doenças Transmissíveis está na Atenção Básica, não está na Covisa. A Covisa participa, está junto, acompanha, mas está na Atenção Básica. Nenhum processo daqueles feitos pela Covisa, eles não foram interrompidos. A Covisa, até agora, teve um papel importantíssimo atuando ao lado da rede municipal de hospitais, na nossa Atenção Básica.

São Paulo, que foi o epicentro da pandemia, cinco meses atrás, hoje tem 8% dos casos do Brasil, 10% dos óbitos do Brasil. Isso é de graça? Claro que não é de graça! É porque nós fortalecemos a estrutura do SUS. Disso ninguém fala, ninguém fala! É só a luta corporativa, Deputado Giannazi, não é fortalecimento do SUS.

Leandro, em três dias do Einstein no Campo Limpo, nós fizemos mais cirurgias do que o hospital faz em 30 dias. O Hospital do Campo Limpo tem um orçamento de 220 milhões de reais, é maior do que 80% dos municípios!

(NÃO IDENTIFICADA) – Eu precisava falar do Hospital do Campo Limpo. Secretário, o senhor está enganado com o que aconteceu.

O SR. EDSON APARECIDO DOS SANTOS – O problema não é, o problema é gestão, nós precisamos ter uma estrutura...

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Bezerra) – O Secretário está com a palavra.

O SR. EDSON APARECIDO DOS SANTOS – Eu estou dizendo que isso, Vereadora, porque o

Leandro se referiu a essa questão, então eu tenho direito. O Leandro se referiu à questão do Campo Limpo, eu estou falando porque o Leandro se referiu, só isso.

O que precisamos tratar é de fluxos corretos, é estruturar um sistema de saúde - com o orçamento que se tem, o corpo técnico que se tem, o corpo de funcionários que se tem - capaz de dar ao cidadão o melhor serviço, um serviço de saúde de melhor qualidade que se possa ter.

Os processos, eu estava aqui vendo, para vocês terem uma ideia, rapidinho... Todas as demandas que chegam na Covisa, a Covisa encaminha para a região, vai para a Suvis, desde a identificação de uma doença mais grave até tirar caixa de marimbondo, ou às vezes dar uma licença para uma farmácia funcionar na periferia, que demora 200 dias para se ter uma licença para uma farmácia funcionar na periferia. Aí a Suvis volta para a Covisa central, para que ela possa emitir todas as informações, as licenças.

Por que não descentralizamos isso? Por que essa demanda que chega na ponta não pode ter corpo técnico, gente, pessoas, estrutura para resolver as questões mais rapidamente na ponta, e deixar que a estrutura central da Covisa cumpra o papel que é dela, que é a indução da política de vigilância pública, que é a indução da política epidemiológica da Cidade?

É isso que a sede central da Covisa tem de fazer, é definição de política, não é execução. A execução tem de estar na ponta, é evidente que é isso, porque nós vamos atender melhor a população. E essa estrutura de indução, de formulação de políticas, ela continua na sede central.

Nós não podemos alocar pessoas e interromper processos e atos para coisas que todos vocês conhecem muito melhor do que eu, coisas que têm de ter respostas rápidas, ágeis, sobretudo num momento de pandemia. E as estruturas-meio... Quando DAF vem para

cá e se incorpora ao restante dessas áreas da Secretaria, é lógico que as pessoas que estavam em DAF, a expertise delas na contratação, na compra, na execução de determinadas coisas continua com elas. Não é porque a pessoa está no prédio A ou no prédio B que ela vai fazer melhor ou... O que nós podemos é otimizar recursos, otimizar tempo das pessoas para, ao final, ter um resultado melhor para a população.

Outra coisa é que efetivamente a gente responde tudo, o presidente do sindicato falou e a gente responde tudo o momento inteiro, aos vereadores, Tribunal de Contas, Ministério Público. Não há problema nenhum, damos as respostas técnicas, faz o diálogo.

A Conferência Municipal de Saúde que nós fizemos no ano passado, toda ela bancada pela Secretaria. Eu discuti com o Leandro, discuti com o Freitas, o pessoal vinha aqui, montamos uma Conferência Municipal de Saúde que lotou o Anhembi. Se eu sou contra, se eu sou um secretário e minha equipe é contra a participação da sociedade civil, o acompanhamento social, não tínhamos feito nada naquela conferência. Enchemos o Anhembi. Todas as reuniões da Conferência Municipal de Saúde foram feitas nas Coordenações de Saúde da Secretaria, com acompanhamento dos nossos técnicos. Nós não viramos as costas, não demos de ombros para a Conferência Municipal de Saúde. Nossos técnicos participaram, foram orientados a participar da Conferência Municipal de Saúde. E quem montou toda aquela estrutura fomos nós, em parceria, obviamente, com o Conselho. E eu discuti a questão da reorganização numa reunião do Conselho. Nós fizemos essa discussão.

Agora, é possível que num processo como esse você cometa erros? Claro que é possível, claro que é possível. É possível que você possa retroagir em algumas dessas coisas? É evidente que é possível, é evidente que é possível. Desde que nós não fiquemos nessa posição de empastelar a discussão, de botar um carimbo de desmantelamento, de sucateamento e não discutir o que tem de discutir, não se aprofundar no que tem de se aprofundar.

Ou seja, nós vamos mesmo querer ter uma estrutura de saúde do SUS na Cidade para melhorar o atendimento para o povo? É isso que tem de ser discutido. E obviamente

quem aplica isso tudo é o funcionário. Nós temos de fazer isso com o Conselho, com a Câmara, como estamos fazendo agora, com o Ministério Público, como eu faço o tempo inteiro.

Nós temos, Vereadora Patrícia, uma nova rodada. Acho que ficou para amanhã às 10h, com o Leandro e os funcionários. Teve coisa que na reunião com o Leandro nós revimos. Não significa que não possamos fazer novas reversões. A nossa portaria inclusive permite que isso aconteça. Mas, óbvio, não vamos deixar correr qualquer risco de que termos uma interrupção dos atos, dos processos, dessa coisa toda. Então nós temos essa nova rodada amanhã, eu me disponho a voltar a uma nova reunião da saúde na Câmara, na semana que vem, para com esse debate avançarmos em coisas que possam avançar.

Mais uma vez agradeço à Vereadora Patrícia, aos vereadores todos, enfim. Gilberto, no dia 6 nós vamos inaugurar mais 22 leitos no Sorocabano, Giannazi também que...

A SRA. DEISE TOLEDO CARRIJO – Secretário, eu gostaria de fazer um esclarecimento bem rápido, por favor. O senhor disse que havia pessoa de Itapetininga que não mereciam resposta, então eu quero dizer...

O SR. EDSON APARECIDO DOS SANTOS – Não, eu não falei isso. A senhora está enganada. Eu só falei que tinha pessoas de fora.

A SRA. DEISE TOLEDO CARRIJO – Eu só quero esclarecer ao senhor e a todos os presentes que eu moro na cidade de São Paulo, sou eleitora em São Paulo, sou funcionária pública da Secretaria Municipal de São Paulo aposentada. Não sou de fora. Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Bezerra) – Eu acho que você compreendeu mal, porque não foi essa a fala dele não.

A SRA. DEISE TOLEDO CARRIJO – Então desculpa.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Bezerra) – Mas eu gostaria de agradecer a presença do Secretário mais uma vez. Nós vamos marcar sim para que o senhor venha para falar com os representantes da Covisa, se necessário for. Se a Vereadora Juliana Cardoso, o Vereador Celso Giannazi, trouxerem as pessoas, a gente vai sim fazer esse encontro.

Agradecer mais uma vez a sua disponibilidade. A partir fala das pessoas que estão

aqui inscritas, vamos levar ao seu conhecimento para que o senhor responda depois de forma remota.

Tem a palavra pela ordem a Vereadora Juliana Cardoso.

- Falha na transmissão do áudio. Registro prejudicado.

A SRA. JULIANA CARDOSO – ... de requerer, na próxima quarta-feira, mas eu já queria deixar um requerimento para a próxima semana, se possível na quarta-feira, para que a gente volte a esse debate, só que no horário das 13 às 15h.

- Falha na transmissão do áudio. Registro prejudicado.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Bezerra) – Vamos prosseguir.

Obrigada, Secretário. Fique à vontade para se retirar.

Prosseguindo, a Sra. Rosângela Dias Cruzato Bergue, o Sr. Mauro Civieri, a Sra. Laudiceia Reis Silva dos Santos.

A SRA. LAUDICEIA REIS SILVA DOS SANTOS – Boa tarde. Quero ser bem breve na minha fala. Lamento que o Secretário tenha saído. Já é prática dele nunca ter tempo para conversar com os representantes dos trabalhadores e com a população.

A gente sabe que não existe uma preocupação do Governo Covas e do Sr. Edson Aparecido com a saúde. Haja vista que o processo...

- Falha na transmissão do áudio. Registro prejudicado.

A SRA. LAUDICEIA REIS SILVA DOS SANTOS – Se ele quiser, depois, a gente pode falar o que aconteceu no Hospital do Campo Limpo em cinco dias de Einstein. O quanto as pessoas foram lesadas por essa medida precipitada.

Agora falando de Covisa, estou aqui como Sindisep mas também sou trabalhadora de UBS. Eu conheço, acho que diferente do Secretário, a estrutura das UBSs, os locais onde estão. Mandar funcionário para a região dizendo que vai trazer para mais perto da população é não conhecer que não há espaço para os próprios funcionários que ali estão.

A gente sabe que a política do PSDB é de desmonte sim, o Secretário não quer discutir isso, mas é de desmonte. Porque no final de mandato, no meio de uma pandemia, ele

decide fazer tantas coisas às pressas, como desmontar um hospital que estava funcionando.

Não há pessoal para fazer o serviço por quê? Renovou o concurso e não chamou o pessoal. A Vigilância não tem concurso há muito tempo. Por que nesses quatro anos de mandato que tiveram, por que não chamaram concurso? Deixaram com que o centro de referência fosse cada vez mais desmantelado, porque ficando sem funcionários, as pessoas se aposentam ou morrem. É muito triste ver que o Secretário tem coragem de vir aqui e dizer tantas inverdades.

A gente sabe que não há diálogo no Governo do PSDB, que o Bruno Covas está totalmente alinhado com a política de morte do Doria, como também a do Bolsonaro. A gente pode perceber isso na pandemia.

A gente sabe que a reestruturação da Covisa, na verdade, tem a ideia de reduzir a fiscalização. É muito triste que não haja essa conversa. Eu acho muito triste que se deslegitime a presença das representações dos trabalhadores, da forma como o Secretário fala, parece que não é legítimo o que está acontecendo aqui hoje, porque os representantes dos trabalhadores, que foram eleitos pelos trabalhadores estão aqui.

Só lembrar, não é o caso de todos os Vereadores, mas boa parte deles, principalmente nesses quatro anos de mandato, esqueceram que eles são representantes do povo e não são donos do mandato. A população precisa ser lembrada disso, porque muitos têm se comportado como se fossem donos do mandato, mas são representantes do povo e devem satisfação ao povo, têm de dispor de tempo para conversar.

O Sr. Secretário nem eleito foi, é um cargo de confiança, mas já que ele representa a Gestão tem de ter tempo para falar com as pessoas.

Era isso o que eu queria dizer.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Bezerra) – A próxima inscrita é a Shirlei Palmiro, André Luzi de Campos.

O SR. LUIZ ARTUR VIEIRA CALDEIRA - Vereadora Patrícia Bezerra.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Bezerra) – Pois não.

O SR. LUIZ ARTUR VIEIRA CALDEIRA - Eu sou Luiz Artur, o novo coordenador de Covisa. Gostaria de dar uma palavra, seria possível?

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Bezerra) – Vou chamar os inscritos primeiro. Depois eu te chamo.

Walter Martins, Daniel Gomes, Susane Prisente, Márcia Maria da Silva, Cecília Cleonice Ribeiro Martins.

A SRA. CECÍLIA CLEONICE RIBEIRO MARTINS – Boa tarde a todos e todas, Srs. Vereadores, lamento muito a saída do Sr. Secretário. Espero que ele possa nos dar a possibilidade de conversar com ele novamente, no próximo encontro da Comissão. Quero parabenizar a Comissão de Saúde da Câmara por ter agilizado esta audiência.

Eu sou trabalhadora do serviço público há 37 anos. Há 30 anos trabalho na área da saúde do trabalhador. Trabalho em centro de referência à saúde do trabalhador, então eu presto serviço na Covisa, na área da divisão de saúde do trabalhador, na vigilância.

O Centro de Referência do Trabalhador também faz parte do Sistema de Vigilância em Saúde. Tanto atua como vigilância como atua com assistência. Com essa situação que foi criada, com o Decreto e com a remoção, o Centro de Referência não foi contemplado com os trabalhadores que vieram de DVISAT.

Na verdade, a DVISAT inteirinha, 27 trabalhadores técnicos especializados, pessoas que atuam em alta complexidade em ambientes de trabalho, essa foi uma das áreas que o próprio Secretário reconheceu que ela foi inteirinha esvaziada inclusive com o próprio coordenador da área.

Eu quero levantar, aqui, por exemplo, uma ação importante, muito recente, em que essa área atuou, juntamente com seis centros de referência no Município de São Paulo, que também fazem parte de uma rede estadual. Fazem parte de uma rede nacional, que é a Renast, a Rede Nacional de Saúde do Trabalhador, que é um sistema de vigilância, como eu coloquei aqui. Nós atuamos firmemente com relação, por exemplo, às denúncias que foram feitas na Ouvidoria SUS, com relação à situação de saúde dos trabalhadores no alto período,

no período mais grave da questão da pandemia.

Vários trabalhadores e a população ligavam para a Ouvidoria e diziam que o decreto do Sr. Prefeito, que nós entendemos que foi fundamental... Nós entendemos que foi uma ação importantíssima que o Prefeito de São Paulo teve, rápida, com relação ao isolamento, com relação ao distanciamento, e o nosso papel, como técnicos, como fiscais – eu sou autoridade sanitária, eu sou especialista na área de Saúde do Trabalhador –, foi atuar para que os decretos do próprio Prefeito fossem cumpridos dentro das empresas.

Então, foram 1.300 denúncias que chegaram lá, à DVISAT-Covisa. Rapidamente, nós montamos um sistema, um fluxo, para chegar a todos os centros de referência e os próprios técnicos da DVISAT-Covisa agiram com notificação sanitária, orientando as empresas. Nós tivemos a felicidade de ter resolvido mais de 90% de todas as denúncias que foram feitas. Inclusive, várias empresas agradeciam a nossa ação e diziam: “Estábamos perdidos. Não sabíamos como agir. Ainda bem que houve ação do Poder Público!”

É esse o papel do Poder Público. Nós trabalhamos no sábado, no domingo, no feriado. Nós não tivemos folga em momento nenhum. Todos nós, que somos da Saúde, tanto da Assistência como da Vigilância, ficamos em um estresse assustador e causou-nos um temor, um susto, quando nós vimos nomes de vários trabalhadores, vários colegas nossos, que têm muita especialização em várias áreas da Covisa, no *Diário Oficial*, às 22h. Aí, eu questiono: se tudo isso já estava programado, se tudo isso já estava combinado, por que é que tinha de ter sido desta forma abrupta, que causou uma violência institucional nesses trabalhadores?

Para finalizar a minha fala, eu sou Conselheira de Saúde, também. Já fui Conselheira do Conselho Municipal de Saúde. Eu afirmo: não foi discutido com os Conselhos Gestores de lugar nenhum. Lá, na minha unidade, onde eu atuo, não foi discutida em momento nenhum essa questão. Também atuo junto ao Conselho da Supervisão. Não foi discutido. Eu quero esclarecer uma questão, aqui, ao Secretário e aos Srs. Vereadores: não existe conselho nas Regionais de Saúde. Essa estrutura não existe. Se ele discutiu com esses conselhos, eu

não sei qual conselho foi. Participo da CIST, também, no Conselho Municipal de Saúde, e não foi discutido na CIST. Aí, pergunto-me: onde foi discutido?

Muito obrigada. Espero que isso seja reparado.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Bezerra) – Obrigada, Sra. Cecilia. Tem a palavra a Sra. Rita de Cássia de Carvalho. (Pausa) Tem a palavra a Sra. Karina Nakasone.

A SRA. KARINA NAKASONE – Boa tarde.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Bezerra) – Boa tarde.

A SRA. KARINA NAKASONE – Meu nome é Karina. Eu sou ex-servidora da Covisa. Eu fui removida e eu estou representando a Comissão Técnica de Trabalhadores da Covisa nessa discussão da reestruturação.

Não vou entrar aqui com questões de política, de partidos, nada disso. Também não vou falar dessa questão dos trabalhadores, como o Sr. Secretário lamentavelmente teve de sair, para ouvir sobre uma questão dos impactos econômicos da suspensão dos serviços, porque o Sr. Secretário disse que não houve suspensão, que está tudo funcionando, que está tudo uma maravilha, mas eu estou aqui, na ponta, e eu era de Covisa. Fiquei muito tempo indo e vindo, sem saber para onde ir, e hoje eu assumi...

- Falha na transmissão. Registro prejudicado.

A SRA. KARINA NAKASONE – Lá, para Pinheiros... Então, quero abordar essa questão, se o Sr. Secretário pensou, planejou, previu quais seriam os prejuízos econômicos decorrentes dessa alteração abrupta dos serviços e da remoção dos servidores, porque, na verdade, nada está funcionando na Covisa e existem muitas empresas de fabricação de produtos e medicamentos, assim como distribuidoras e importadoras de produtos para Saúde e de medicamentos, que precisam da AFE, a Autorização de Funcionamento, para eles fabricarem, comercializarem, importarem. A Anvisa só concede a AFE mediante a...

- Falha na transmissão. Registro prejudicado.

A SRA. KARINA NAKASONE – Sanitária, pela Covisa, para as empresas aqui sediadas, no Município... Assim, as clínicas de hemodiálise, por exemplo, só podem se

credenciar junto ao Ministério da Saúde e aos convênios de saúde e começar a receber pacientes depois de serem inspecionados e receberem a licença sanitária. As empresas de ambulância ou outros serviços de Saúde só podem participar de licitações para prestação de serviços para a Secretaria de Estado se tiverem essa licença sanitária válida. Os convênios e planos de saúde só contratam clínicas médicas e odontológicas e laboratórios de análises clínicas se eles...

- Falha na transmissão. Registro prejudicado.

A SRA. KARINA NAKASONE – Só credencia psicólogos e médicos se houver a licença sanitária. Assim é em vários lugares, na Secretaria de Educação e em vários lugares que dependem da licença sanitária. A verdade é que essas licenças não estão saindo. Não estão entrando os pedidos na Covisa, porque a praça de atendimento, ao contrário do que o Sr. Secretário falou, está fechada há 11 dias. Os e-mails estão voltando. As pessoas estão reclamando na Ouvidoria, porque elas não estão conseguindo ser atendidas. Eu estou falando do povo e das empresas, do setor regulado. Eu não estou falando do trabalhador que foi removido, mas é uma questão que deveria ter sido planejada antes de se fazer essa remoção dos servidores, porque o que se percebe é que só houve remoção de servidores.

A descentralização das atividades, que precisa ser feita por portaria, não aconteceu e nós estamos há algum tempo, já, questionando o Sr. Secretário sobre o planejamento dele da desestruturação, porque todos, tanto na Covisa como na Uvis, estão se sentindo inseguros com relação a esses trabalhos. Então, quero só questionar o Sr. Secretário sobre os impactos econômicos negativos.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Bezerra) – Obrigada. Agora, o próximo é o Sr. Marcelo Mesquita.

- Falha na transmissão. Registro prejudicado.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Bezerra) – Quem é? Sr. Marcelo Mesquita? (Pausa) Sra. Maria Regina Costa. (Pausa) Sra. Ligia Takahashi. (Pausa) Sra. Flavia

Anunciação do Nascimento, com a palavra.

A SRA. FLAVIA ANUNCIAÇÃO DO NASCIMENTO - Olá! Quero cumprimentar a todos, agradecer aos Vereadores da Comissão de Saúde por acolher a nossa demanda.

Assim, reestruturação boa, reestruturação consistente é aquela que é feita com a participação de todos os atores. É feita com a gestão, com os trabalhadores e junto com o Conselho Municipal, com controle social. Vemos uma reestruturação feita de maneira autocrática, sem respeito aos trabalhadores e sem respeito ao controle social e consequentemente à população. Infelizmente vemos uma decisão tomada a toque de caixa, o desmonte de um serviço altamente especializado e técnico, e que tem no seu princípio fundacional autonomia financeira e administrativa, porque ele é um órgão fiscalizador. Ele não pode sofrer ingerências e da maneira como ele está hoje colocado no organograma, ele está subordinado à assistência básica. Como é que a Covisa vai fiscalizar as UBSs, está certo, se ele está subordinado a essa Secretaria de Atenção Básica? Vemos aí um problema.

Outra questão, é que tivemos, sim, reunião com o Secretário e com a área técnica. Nessas reuniões apresentamos como seria e a importância de uma transição gradual, pensada e discutida com os trabalhadores. E também, assim, a garantia para os trabalhadores, que estão indo para o território. Se eles não quiserem ficar, que voltem para a Covisa. E isso não está acontecendo. Os trabalhadores estão indo para o território, se apresentando nas coordenadorias e sendo obrigados a ficar; diferente daquilo que o Secretário disse, que está no próprio decreto: a possibilidade de retorno desses trabalhadores.

A outra questão é, estruturalmente, como se fala de fortalecimento do território, se você não tem uma preparação desse território para receber esses trabalhadores que estão sendo mandados para lá? Como já disseram aqui, no território você não tem local, nem nas Uvis e nem nas Coordenadorias para receber esse pessoal.

Outra coisa importante: você desmontou-se núcleos, núcleos de pessoas com alta especialização. Você vai mandar cada um para um canto da Cidade. Como é que eles vão

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 18035 DATA: 26/08/2020 FL: 39 DE 43

executar o trabalho que vinham fazendo de uma maneira organizada? Você tem um comprometimento dos programas, dos serviços e nas divisões de Covisa.

O que estamos vivendo agora é a correria do Secretário, do novo Coordenador de Covisa, para poder ajustar todos esses problemas que eles foram percebendo e que os próprios trabalhadores foram elencando e para os quais eles não têm respostas. A resposta é superficial.

Queremos a revogação, que os trabalhadores retornem para a Covisa. Os trabalhadores retornando para a Covisa, que eles possam colocar todo o serviço que está parado para atender a população, porque quem está sofrendo é a população com o desmonte, com a descontinuidade do serviço. E voltar a discussão, fazer a discussão com todas as áreas, com o Conselho Gestor e com os trabalhadores.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Bezerra) – Obrigada, Flavia. Com a palavra Mércia Gomes. (Pausa) Bernardete de Vasconcellos Figueiredo. (Pausa) Luiz Carlos de Lima. (Pausa) Clarisvaldo Monteiro Filho. (Pausa) Deodato Rodrigues Alves. (Pausa) Sonia Mayumi Nakano Felipone. (Pausa)

Vou passar a palavra agora ao Coordenador de Vigilância em Saúde, Covisa, Sr. Luiz Artur.

O SR. TONINHO VESPOLI - Presidente, eu gostaria de ter a palavra, fiquei aguardando até agora.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Bezerra) - Vereador, só vou passar a palavra ao representante, depois para o senhor.

- Falha na transmissão. Registro prejudicado.

O SR. LUIZ ARTUR VIEIRA CALDEIRA - Boa tarde, Vereadora Patrícia Bezerra, obrigado pela oportunidade. Boa tarde a todos os presentes. Vou me apresentar rapidamente: sou Luiz Artur, representante de Vigilância e novo Coordenador da Covisa. Assumi essa responsabilidade nesta semana, por isso estou me apresentando, justamente, para podermos

sentar e conversar, assim como estivemos abertos para conversar e dialogar, desde o primeiro dia.

Gostaria de dar um depoimento muito rápido à senhora, Vereadora, para poder contextualizar a minha vinda para a Covisa. Como Coordenador de Vigilância, em Uvis, trabalhei na região da Mooca/Aricanduva e ultimamente em Santo Amaro/Cidade Ademar. Tenho conhecimento, trabalhei em vigilância sanitária...

- Falha na transmissão. Registro prejudicado.

O SR. LUIZ ARTUR VIEIRA CALDEIRA - ... epidemiológica e ambiental. E justamente, por estar em uma unidade de Santo Amaro, unidade muito semelhante à do Centro da Cidade, pelo tipo de comércio, indústria e serviços. Pude ter essa experiência e como é trabalhar com essa demanda...

- Falha na transmissão. Registro prejudicado.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Bezerra) - Por favor, você pode falar um pouco mais alto, Luiz Artur. Está baixo.

O SR. LUIZ ARTUR VIEIRA CALDEIRA - Consegue me ouvir melhor?

Meu depoimento é no sentido de que as Unidades de Vigilância em Saúde, que tem uma por região de Subprefeitura, são unidades que estão mais próximas da população.

O mesmo atendimento que a Covisa fazia aqui no tocante à fiscalização e averiguação de todo os estabelecimentos, nós também sempre fizemos nas Uvis. Qual era a dificuldade das Uvis? Praça de atendimento, porque alguns serviços mais complexos que havia só na Covisa e a praça de atendimento ao usuário, que só havia em Covisa, limitava um pouco a população. Também fragilizava o sistema de vigilância do território e teria sempre de ser referenciado no sentido de fortalecer a rede e oferecer um acesso ao usuário, ao munícipe, mais rápido e efetivo.

Nós implementamos essas praças de atendimento de Covisa, havia uma praça e, a partir de sexta-feira em todos as 27 unidades de Vigilância em Saúde do Município, haverá uma praça de atendimento, assim como havia uma em Covisa, todas funcionando com as mesmas atribuições dessa uma, então nós multiplicamos por 27 o número de praças disponíveis para o atendimento.

Minha experiência de Uvis é justamente essa: muitos municípios relatavam a dificuldade e, mesmo tratando de assuntos do território no caso de Santo Amaro, tinha de ir até o Centro protocolar e aguardar toda essa burocracia até chegarmos a nós. Agora o atendimento é direto e isso vai agilizar para o município. Justamente essa produtividade e essa experiência em Uvis, eu trouxe para a Covisa, porque eu tenho a noção do que é a dificuldade de trabalhar na ponta, principalmente, no que se refere a profissionais especializados, com expertise, e os profissionais de Covisa sempre tiveram essa expertise, são cientistas muito dedicados, tem de melhorar esse atendimento, essa expertise e treinar os colegas na ponta.

De imediato, o principal impacto positivo é justamente transformar 1 atendimento em 27 e os demais serviços todos feitos pela própria Uvis, que conhece o seu território, que tem contato, tem como trabalhar melhor essas questões.

Fechando a minha fala, me coloco à disposição. Nesta semana estamos chegando, fazendo um diagnóstico institucional para melhor trabalhar, adequar a nossa nova realidade, após a reestruturação, mas permaneço de portas abertas para discutir com todos o que for necessário e, da maneira mais transparente possível. A intenção é descentralizar os serviços e fortalecer o território, oferecer ao cidadão serviço de mais qualidade, já que esses colegas que têm expertise estão indo para a ponta. Ao mesmo tempo uma quantidade melhor e mais fácil, mais próximo da residência, da empresa que está precisando do serviço. Esse é o primeiro passo efetivo que estamos fazendo essa semana para montar os postos de atendimento. Estou à disposição. Essa semana não pude dar todos os esclarecimentos porque foi uma semana de muito trabalho nessa reestruturação, mas estou me colocando à disposição da Câmara, assim como o Secretário, no que for possível neste momento.

Gostaria mesmo de me apresentar, dizer que estou à disposição para trabalharmos juntos. Agradeço a oportunidade.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Bezerra) – Tem a palavra o Vereador Toninho Vespoli.

O SR. TONINHO VESPOLI – Boa tarde a todos e a todas. Entendo que o representante da Prefeitura falou e também a questão da descentralização da Covisa, por exemplo, é preconizada pelo próprio SUS, mas, muito claro, vocês estão utilizando de uma descentralização, esse foi o seu discurso, para fazer um desmonte. Vamos ser muito claros aqui, não tem crianças aqui, porque eu pergunto a vocês, as respostas não foram dadas as perguntas das pessoas. Então, por exemplo, eu vou na UBS da Pastoral e, se a Covisa fosse lá tinha fechado aquela unidade, porque a sala de dentista não tinha ventilação nenhuma. Como que você vai colocar as UBSs e a Covisa para fiscalizar a UBS se a Covisa vai estar no mesmo departamento, vinculado a quem gerencia as UBSs. Não vai ter fiscalização, isso é uma brincadeira que estão fazendo.

Desculpa, só tem duas possibilidades aqui: ou isso está atendendo a interesses, ou isso daqui é muita incompetência, não é possível, mesmo na descentralização tem que apresentar um plano de trabalho para cada setor e isso não foi apresentado. Se tivesse sido discutido com a sociedade, se tivesse sido apresentado, era lógico que não estaria tendo esse pandemônio que está acontecendo. Esse pandemônio não é porque as pessoas querem fazer um pandemônio, está acontecendo por conta disso, porque não tem plano de trabalho. Os servidores estão nos locais e não sabem o que é para fazer. Mais do que isso, as pessoas estão indo para o local que não tem nem o que fazer, porque ela não tem sala, ou a sala está entupida, não cabe nem a pessoa lá dentro, que foi deslocada para aquele local, ou não tem equipamento de trabalho. Ela está lá sem poder trabalhar, inclusive estamos pagando o servidor público para não fazer nada, é isso que está acontecendo. Então, isso para mim é um escândalo e sei que, em véspera de mudança de governo, tiveram quatro anos para fazer isso e não fizeram. E faz de uma forma totalmente equivocada, no finalzinho do segundo tempo.

Só para a Comissão de Saúde saber, nós já entramos com um mandado no Ministério Público e entramos no TCM, que deu uma resposta para gente que vai abrir um procedimento de auditoria sobre essa questão porque isso é um escândalo do jeito que foi feito. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Bezerra) – Obrigada, Vereador Toninho Vespoli.

Pela questão do Regimento, nós temos que encerrar a audiência pública porque nós já iniciamos a nossa sessão ordinária no plenário.

Então, gostaria de agradecer a todos pela presença, gostaria de pedir à assessoria técnica que encaminhe todas as perguntas que foram feitas, após a saída do Secretário, ao Secretário, pela Comissão de Saúde e depois o retorno das respostas, que também fossem encaminhados para as pessoas que fizeram as perguntas. Que fizessem essa mediação e gostaria de agradecer a todos pela participação na tarde de hoje e desejar a todos uma boa tarde e um bom resto de semana a todos.

Estão encerrados os trabalhos.